



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

## ATENÇÃO À SAÚDE DO/DA ADOLESCENTE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM CENA

Elisângela Suely Bastos Cearense<sup>1</sup>  
Rafaela Seabra Guimarães<sup>2</sup>

**Resumo:** O trabalho evidencia a experiência do projeto de Capacitação em Atenção à Saúde da/ do Adolescente (CASA), que é um projeto de extensão universitária em andamento vinculado ao Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), junto a Faculdade de Serviço Social (FASS). Originou-se após o convênio firmado entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, tendo como objetivo contribuir com a qualificação dos serviços de saúde prestados no município de Belém/Pa e Região Metropolitana de Belém (RMB), por meio do fortalecimento da rede de atenção básica da saúde do jovem e do adolescente, e por meio da educação permanente em saúde qualificar os processos de formação dos graduandos de cursos relacionados à área de saúde da UFPA.

**Palavras chaves:** Adolescentes, saúde, capacitação.

**Abstract:** The work demonstrates the experience of the project of Training in Health Care of the Adolescent (CASA), which is an ongoing university extension project linked to the Program for Support to Urban Reform (PARU), together with the Faculty of Social Work (FASS). It originated after the agreement signed between the Federal University of Pará (UFPA) and the Ministry of Health / National Health Fund, aiming to contribute to the qualification of health services provided in the city of Belém / Pa and Metropolitan Region of Belém (RMB), through the strengthening of the basic health care network for young people and adolescents, and through permanent health education to qualify the training processes of undergraduates of courses related to the UFPA health area.

**Key words:** Adolescents, health, empowerment.

### 1. INTRODUÇÃO

O trabalho evidencia a experiência do projeto de Capacitação em Atenção à Saúde da/ do Adolescente (CASA), que é um projeto de extensão universitária em andamento vinculado ao Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), junto a Faculdade de Serviço Social (FASS), que, por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão, aproxima a Universidade Federal do Pará (docente, técnico e discente) à sociedade.

Sua existência originou-se após o convênio firmado entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, tendo como objetivo contribuir com a qualificação dos serviços de saúde prestados no município de Belém/Pa e Região Metropolitana de Belém (RMB), por meio do fortalecimento da rede de atenção

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Para, e-mail: guimaraesraphaella243@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal do Para, e-mail: guimaraesraphaella243@gmail.com.

básica da saúde do jovem e do adolescente, e por meio da educação permanente em saúde qualificar os processos de formação dos graduandos de cursos relacionados à área de saúde da UFPA, sendo assim, considerando a saúde como “o alicerce que sustenta e alimenta o crescimento, a aprendizagem, o bem-estar pessoal, a satisfação, o enriquecimento social, a produção econômica e a cidadania construtiva” (JENKINS, 2007, p. 15).

O programa de extensão vinculado ao ensino e pesquisa intitulado Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), junto a Faculdade de Serviço Social (FASS), da Universidade Federal do Pará (UFPA), legitima-se em 1992 em um contexto de grandes transformações econômicas, política e social, na luta pela reforma urbana no Brasil, principalmente do ponto de vista de Belém com o déficit habitacional, saneamento básico precarizado e, conseqüente, deslocamento forçado das populações para áreas periféricas.

É dentro desse contexto que o PARU vem dialogar no fortalecimento das políticas públicas setoriais urbanas e na luta pela reforma urbana de Belém, democraticamente junto aos movimentos sociais urbanos por meio de ações interventivas e investigativas, planejamento e implementação de políticas públicas como fator primordial ao direito à cidade de maneira inclusiva, em parceria com agentes públicos, movimentos sociais, organizações não-governamentais, técnicos da Universidade Federal do Pará, alunos e docentes.

As ações e experiências de extensão executadas pelo programa e sua ação interdisciplinar com projetos de pesquisas vinculados ao mesmo contribuem para o desenvolvimento de uma Universidade democrática e a socialização de conhecimentos junto a sociedade.

Dentre os diversos projetos que fazem parte do PARU, destaca-se o projeto Capacitação em Atenção à Saúde do Adolescente do qual versa o presente artigo. Tendo em vista as múltiplas expressões da problemática urbana, a precariedade da saúde sem dúvida é uma das conseqüências da omissão do Estado e a falta de planejamento urbano voltado para as classes mais empobrecidas da sociedade. De acordo com Vasconcelos e Marinho (2017),

O PARU vem acumulando experiências ao longo destas décadas o que tem dado destaque e visibilidade ao programa tanto no âmbito interno da universidade como no olhar externo. A sua forma de intervenção através de uma prática interdisciplinar na realidade local e regional tem possibilitado a rica experiência de integração dos setores da UFPA, bem como sua relação com a sociedade. Esta articulação tem de fato proporcionado experiências inovadoras na dimensão do ensino, pesquisa e extensão que vem acumulando experiências no processo de capacitação de agentes públicos e sociais com ênfase nas áreas de desenvolvimento do planejamento, monitoramento e avaliação de políticas de habitação, regularização fundiária, unificação dos movimentos sociais urbanos, na execução de trabalhos técnico-

sociais em projetos de intervenção urbanística e habitacional e nos processos de educação comunitária e ambiental.

Logo, o projeto CASA desenvolve-se a partir da participação dos docentes e discentes da UFPA e representantes de movimentos sociais. É dentro de um contexto de altos índices de gravidez na adolescência, de relações familiares fragilizadas, da precarização dos serviços públicos, da precariedade das relações de trabalho e os constantes desafios na saúde que o projeto CASA vem abordando temáticas referentes a Infecção Sexualmente Transmissíveis (IST) e da Saúde Sexual e reprodutiva (SSR).

Nesse sentido, por meio do Curso Gravidez na Adolescência: o desafio interdisciplinar da saúde na Amazônia, uma das primeiras atividades do projeto de extensão apresentada pelos profissionais da saúde (facilitadores) do curso de serviço social, psicologia e direito, temas que foram problematizados nos grupos de trabalho por profissionais, estudantes e usuários da rede de saúde de Belém, em especial os moradores do bairro do Guamá, um dos mais populosos de Belém, com cerca de 60 mil habitantes, Terra Firme e do Distrito de Mosqueiro durante a capacitação e que serão abordados no decorrer do artigo.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

O projeto CASA tem como metodologia a abordagem de temáticas referentes à saúde do/a adolescente bem como busca dialogar sobre as relações familiares que se expressam no Brasil e que muito contribuem na formação familiar de muitos/as adolescentes, pois se levando em consideração que essa formação é reflexo de contradições sociais, políticas, religiosas, econômicas e que ainda é frequente a reprodução de práticas familiares, principalmente entre mulheres que se tornaram mães durante a adolescência e que veem o mesmo ciclo se repetir com as filhas por diversos fatores que perpassam pelo desconhecimento e acesso às políticas de saúde. Conforme Rodrigues e Santos (2017),

Entende-se que tanto os fatores sociais quanto os econômicos estão diretamente relacionados à gravidez precoce, que na maioria dos casos ocorre de modo não planejado, enquanto em outros a gravidez é desejada. Os fatores que envolvem a gravidez na adolescência são inúmeros, podendo ser decorrentes de uma situação conjugal insegura, baixa escolaridade, história materna de gestação na adolescência, baixo conhecimento sobre o uso de métodos contraceptivos, não acesso aos métodos contraceptivos e serviços de saúde, busca pela independência, entre outras. A adolescente ainda tem que lidar com a reprovação familiar na maioria dos casos, incentivo ao aborto pela família e companheiro, falta de apoio do parceiro, discriminação social, e os riscos que a gravidez na adolescência apresenta.

Desse modo, o projeto de Capacitação em Atenção à Saúde do Adolescente, desde a sua implementação, já realizou duas etapas de cursos de Capacitação, cuja temática abordada foi a questão da saúde sexual e reprodutiva do adolescente, ao qual o facilitador Marcelo Bráz Lima (Advogado) abordou fazendo uma contextualização dos Marcos Legais Nacionais e Internacionais, pois, segundo ele (2019), “a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, possui relevância no âmbito dos direitos humanos”, enfatizando também a importância das campanhas de conscientização e de métodos contraceptivos ou outras, como direitos que devem ser garantidos pelo Estado.

Os debates nas escolas sobre educação sexual também deveriam ser um direito do adolescente de entender sobre o direito sexual, buscando evitar possíveis doenças e gravidez indesejada. Isso fica evidente na fala de uma estudante de Serviço Social:

Quando fui com um grupo de trabalho, para apresentar um projeto para falar sobre violência sexual na escola, a direção não concordou, achou que não era interessante falar sobre isso, mas quando falamos sobre *Bullying* e trabalho infantil tudo bem, eles aceitaram mas, aí o tabu da violência sexual não passou, tanto que em outro momento a gente criou uma outra estratégia pra chegar até a escola, aí a gente conseguiu, mas assim, foi muito difícil, como você falou, é um direito mas é um direito que é negado dentro da própria escola, que quem está ali começa a colocar seus valores morais acima de algo que é direito, e que todos deveriam ter acesso (Estudante de Serviço Social).

Segundo o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, a política pública de saúde do jovem, para os efeitos desta lei, são pessoas com idade entre 15 e 29 anos devem ser desenvolvidas de acordo com algumas diretrizes, dentre elas destaca-se: “garantia da inclusão de temas relativos ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas, a saúde sexual e reprodutiva, com enfoque de gênero e direitos sexuais e reprodutivos nos projetos pedagógicos dos diversos níveis de ensino”.

Entretanto, para fins práticos, nós ficamos com a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) a adolescência é período da vida que inicia aos 10 anos e termina aos 19 anos completos, mas que pode se estender até os 24. (Degani, 2018).

Nesse sentido, ressalta-se por exemplo, que os casos de AIDS no Brasil apresentam diferentes taxas nas últimas décadas com significativas diferenças regionais, apresentando no período de 2000 a 2008, com aumento nas regiões Norte, Nordeste e Sul. Considerando estas fases, os autores enfatizam que:

Na busca por sua identidade e autonomia, e por possibilidades e gratificações imediatas, eles podem experimentar sentimentos de invulnerabilidades e impulsividades, e demonstrar escolhas e decisões que, geralmente exigem deles mais responsabilidade, e que, se inadequadas, tem consequências mais negativas do que durante a infância (JENKINS, 2007; LERNER, 1998).

Quanto ao cuidado com a saúde desse público, uma das coordenadoras do projeto CASA, na abordagem da primeira capacitação sobre a importância em trabalhar as questões dos adolescentes e dos jovens, destacou:

Embora se tenha uma política para adolescentes e jovens a atenção são negligenciadas, mas que só comparecem aos serviços somente para tratar IST's, ou a gravidez, em situação de vulnerabilidade. Por isso as ações são para que, possamos sair dos muros das universidades e trabalhar com uma linguagem que alcance a questão do jovem, pois a adolescência é um processo complexo, e a importância de ser interdisciplinar, e sobre pensarmos o adolescer e entender essa fase da vida, trabalhar as questões da saúde e ir ao encontro dos jovens no lugar que ele ocupa no território, com os graduandos na área da saúde, futuros profissionais, para a construção do saber seja coletiva, expertises para apresentar na participação e na roda para a discussão.

Segundo dados do Estudo Epidemiológico sobre a Prevalência Nacional de Infecção pelo HPV POP- Brasil 2017 realizado em duas Unidades Básicas de Saúde de Belém, a saber: Marambaia e Guamá demonstram dados preocupantes em relação à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, pois a idade média de início da atividade sexual de muitos deles se inicia em torno dos 15 anos, onde a prevalência de HPV estimada foi de 50,8%, sendo que 36,9% dos jovens incluídos apresentavam HPV de alto risco para o desenvolvimento de câncer e a frequência de jovens acometidos por IST's foi de 16%. Entre as mulheres, 46,7% já gestaram, sendo que dessas, 63,4% tiveram um filho e 35,4% tiveram 2 ou mais. A idade média para a primeira gestação foi de 17,1 anos. Somente cerca da metade dos indivíduos (51,5%) referiram usar camisinha rotineiramente e, apenas 41,1% fizeram uso na última relação sexual.

Assim, o tema da formação em saúde e da educação permanente na área da saúde, tem sido constantemente debatido em fóruns que discutem a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da compreensão de que os trabalhadores e seus processos de trabalho têm grande relevância na definição dos modelos de atenção e gestão do sistema. Outro problema relevante que impacta diretamente na saúde dos jovens, no Pará, e especialmente na região metropolitana, é o da gravidez não planejada. Tema também abordado no curso de capacitação CASA, pela enfermeira Érika de Souza Muniz (2019), que, segundo ela,

A gravidez na adolescência pode ou não ser um erro, pois muitas adolescentes escolhem engravidar, pra muitas das vezes livrarem-se de maus tratos sofridos em casa e que quando a gravidez acontece nesta fase, pode ser considerada de risco por impossibilitar o desenvolvimento ósseo da mãe adolescente, e a fase de crescimento do bebê que durante a gestação fica comprometida também.

O Pará é o estado brasileiro com o maior índice de gravidez de jovens com idades entre 10 e 19 anos (DATASUS-2015) tendo uma média de 2600 partos por mês dentro da

faixa etária. De acordo com dados da Santa Casa de Misericórdia do Pará (2015) dos 782 partos mensais realizados entre os meses de janeiro e outubro de 2015, 23% foram de mães adolescentes. Além de que, os índices de partos cesáreos no Pará são de 57%, o segundo mais elevado da região. Apesar de políticas implementadas pelo governo nos últimos anos para reduzi-lo, este é um desafio que permanece.

Desde a sua implementação o projeto CASA vem trabalhando no fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde do/a adolescente em Belém e região metropolitana. Sendo alguns dos seus objetivos realizar ações de educação permanentes que auxiliem os profissionais de saúde locais e qualifiquem os estudantes no sentido de melhorar a saúde do jovem em Belém envolvendo os temas das IST's e da saúde sexual e reprodutiva; aprimorar as estratégias que contribuam para a redução das IST's e gravidez não planejada em conjunto com as equipes de atenção primárias e atenção à saúde do jovem em Belém; envolver usuários da rede de saúde nas ações de enfrentamento e prevenção às IST's, da gravidez não planejada e do parto cesáreo na cidade de Belém.

Desse modo durante uma das suas capacitações foram abordadas algumas temáticas pelos facilitadores do curso (assistente social, advogados, psicólogos e enfermeiras), a saber: educação sexual: família e sociedade; adolescentes em situação de vulnerabilidade; políticas públicas e rede de atendimento voltado à saúde de adolescentes e desafios e cenários da atualidade: o que fazer?.

### **3. Conclusão**

Nesse sentido, por meio da capacitação e o diálogo entre profissionais, participantes do curso e facilitadores foi possível observar que a região Norte apresenta uma contradição, pois apresenta elevado índice de gravidez na adolescência e ao mesmo tempo, menor número de consultas realizadas por adolescentes. O que de fato vem se relacionar com a falta de informação sobre educação sexual no convívio familiar e na escola, que contribuem para a não utilização dos métodos contraceptivos pelos adolescentes, ou a utilização de forma incorreta.

Outro fator importante do projeto CASA são as temáticas trabalhadas em grupos durante a capacitação e apresentadas pelos integrantes do curso para todos os participantes como forma de se pensar em conjunto propostas proporcionem melhores condições de acesso aos serviços de saúde dos jovens e como os profissionais podem lidar com as contradições principalmente diante das precarizações das relações de trabalho que impossibilitam que esses profissionais efetivem os seus serviços.

Dentre as temáticas já trabalhadas pelo CASA destacam-se: perspectivas para profissionais dialogarem com a família, abordando a importância de estratégias profissionais

para dialogarem com a família dos/as adolescentes sobre sexualidade considerando as dificuldades ou ausência de diálogos entre os adolescentes e a família e pensando estratégias de atuação profissional para manter a articulação e sensibilizar as famílias, escolas no fortalecimento do vínculo familiar e restabelecimento da confiança, principalmente com os adolescentes. Outro fator abordado foi a garantia dos direitos aos adolescentes, com ênfase no código de menores e no marco legal representado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que rompe com o regime anterior da lei nº 6.697 de 10/10/1974 – o código de menores da situação irregular dos adolescentes da época, onde esse código foi revogado pela lei nº 8.069 de 13/07/1990 reconhecendo todas as crianças e todos os adolescentes como sujeitos de direitos e merecedores de respeito nas agendas governamentais.

Pensando também a sensibilização dos profissionais para as políticas, haja vista ser uma temática que requer humanização dos profissionais para com os/as adolescentes, é necessário que se faça uma leitura de onde esses profissionais estão inseridos e como se deu a sua formação. Pensando a capacitação contínua tanto para estudantes de graduação como também para os profissionais para que estes saibam lidar com o público-alvo em situação de vulnerabilidade de forma ética, respeitando as particularidades de cada ser humano.

Assim, também tratou-se da estratégia de acolhimento dos adolescentes, pensando questões voltadas à capacitação profissional - articulação com a escola - realidade dos usuários, como também a ausência de acolhimentos desses adolescentes nas políticas de saúde, o que torna uma lacuna entre o atendimento e a prática de ações públicas.

Outro ponto importante para se entender os índices de gravidez na adolescência na Amazônia recai sobre a importância do conhecimento do território, fator amazônico que dificultam a aproximação das políticas públicas nesse local e os limites impostos por uma política hierarquizada e principalmente a ausência de integração da saúde do adolescente nos postos de saúde impossibilitando a qualidade do atendimento.

Nesse sentido, o projeto Capacitação em Atenção à Saúde do/a Adolescente vem dialogando democraticamente em parceria com profissionais da área da saúde, líderes de movimentos sociais, mas principalmente buscando sensibilizar os jovens para buscarem os serviços de saúde e assim reduzir os índices de gravidez na adolescência em Belém e região metropolitana, trabalhando o protagonismo, família, adequação de linguagem, políticas públicas. Destacando o princípio da equidade, a forma como esses adolescentes são recebidos no momento da procura por atendimento e conseqüentemente o seu relacionamento com os profissionais.

## REFERÊNCIA

JENKINS, C.D.(2007). **Construindo uma saúde melhor: um guia para a mudança de comportamento** (pp. 15-38). Porto Alegre: Artmed/ Pan-American Health Organization.

RODRIGUES, C., Santos P. **Gravidez na adolescência: características das mães e recém-nascido segundo o sistema de informação de nascimentos**. Adolesc Saude. [Internet]. 2017 Oct; [acesso 2019 junho 21]; 14 (4):143-149. Disponível em: [http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe\\_artigo.asp?id=694](http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=694).

Estatuto da juventude : atos internacionais e normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

VASCONCELOS, Eliza Maria; Marinho, Taynáh. **Lutas Sociais e a cidade: A experiência do programa de apoio à reforma urbana em Belém/Pa**. In ANAIS do II Seminário Internacional da América Latina: Políticas e Conflitos Contemporâneos. Belém. 2017.

<http://www.saude.gov.br/saude-para-voce/saude-do-adolescente-e-do-jovem/informacoes-sobre-gravidez-na-adolescencia2> acesso: 22/06/2019

MAGALHÃES, Milcilene da Silva. **Acessoria Extensão Universitária: uma reflexão sobre a prática desenvolvida pelo programa de Apoio à Reforma Urbana no período de 2014 à 2016**. Belém/Pa.2016

Brasil.Presidência da Republica.(1990).**Lei 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/https://bemdesaude.com/saude/saude-da-familia/as-fases-da-adolescencia/> acesso: 23/06/2019